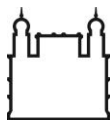
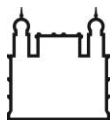


APENDICE 01

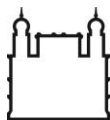
1. INTRODUÇÃO	4
1.1. SIGLAS UTILIZADAS NESTE DOCUMENTO	4
1.2. DEFINIÇÕES	5
2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	7
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS	9
3.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	9
3.2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.....	9
3.3. JUSTIFICATIVA NO QUE SE REFERE A ALTERNATIVA ESCOLHIDA, NOTADAMENTE QUANTO A VIABILIDADE TÉCNICA, ECONOMICA E AMBIENTAL DO SERVIÇO.....	10
3.4. VISÃO GLOBAL DO SERVIÇO E IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES.....	10
3.5. ANTEPROJETO DE REFERÊNCIA.....	11
3.6. PROGRAMA DE NECESSIDADES DO EMPREENDIMENTO E SUAS DIRETRIZES CONSTRUTIVAS.....	11
3.7. ESPECIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESPERADO.....	16
3.8. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM ADOTADAS	16
3.9. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇO	16
3.10. CRITÉRIOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ATRAVÉS DA METODOLOGIA BIM	17
3.11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	18
3.12. PRAZO DA CONTRATAÇÃO	20
4. COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA.....	20
5. EQUIPE TÉCNICA - CONTRATADA	21
5.1. CONSÓRCIOS	21
5.2. EQUIPE DE PROFISSIONAIS (CONTRATADA).....	21
5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO	21
6. DESCRIÇÃO DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES	22
6.1. ALTERAÇÕES DE SERVIÇOS.....	22



6.2.	COMPATIBILIZAÇÃO E REVISÃO DE PROJETOS	23
6.3.	CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS	23
6.4.	CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	23
7.	DESPESAS GERAIS	23
8.	METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS	24
8.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	24
8.2.	INTERFACE COM AS PARTES INTERVENIENTES	24
8.3.	PLANEJAMENTO, CONTROLE E MONITORAMENTO	24
8.4.	FLUXO GERAL DE ENTREGAS DOS PRODUTOS	25
9.	DIRETRIZES GERAIS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS	25
9.1.	PREMISSAS LEGAIS E NORMATIVAS	25
9.2.	SOLUÇÕES DE PROJETO RACIONAIS	26
9.3.	PROCESSOS CONSTRUTIVOS RACIONAIS.....	26
9.4.	CONFORTO ERGONÔMICO, VISUAL E ACÚSTICO	26
9.5.	ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	26
9.6.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRELIMINARES AO PROJETO	26
9.7.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO	28
9.8.	CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES	28
9.9.	PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS.....	28
9.10.	ORIENTAÇÕES PARA PROJETO DE AS BUILT.....	28
10.	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	28
10.1.	DOCUMENTAÇÃO GERAL.....	29
10.2.	CONTROLE DA OBRA	29
10.3.	EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	29
10.4.	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA OBRA	29
10.5.	GARANTIAS DE SERVIÇO, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS	30
11.	DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRELIMINARES	30



11.1. TAPUMES.....	31
11.2. ANDAIMES, PASSARELAS E TELAS DE PROTEÇÃO.....	31
12. LEIS E NORMAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO.....	31
13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.....	34



1. INTRODUÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição de ciência e tecnologia em saúde vinculada ao Ministério da Saúde (MS), tem por objetivos promover a saúde e o desenvolvimento social, e gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, voltados para o fortalecimento e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sua presença no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania.

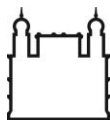
A Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição, prestando desde serviços gerais essenciais ao seu funcionamento até o desenvolvimento de projetos e execução de obras.

O Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) é responsável pelo desenvolvimento de projetos, fiscalização da execução de obras, e por serviços de manutenção predial em áreas específicas.

Este documento descreve (1) a justificativa e os objetivos da Fiocruz; (2) os condicionantes da contratação; (3) o escopo e as diretrizes gerais; (4) a metodologia de trabalho e os procedimentos a serem observados; (5) os produtos a serem entregues com respectivas exigências; (6) as regulações e exigências legais e normativas para a execução dos serviços previstos, e (7) os profissionais da Fiocruz envolvidos.

1.1. SIGLAS UTILIZADAS NESTE DOCUMENTO

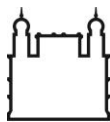
ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas;
Anvisa:	Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
ART:	Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);
AsBEA:	Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura;
ASHRAE:	<i>American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers</i> (Sociedade Americana dos Engenheiros de Aquecimento, Refrigeração e Condicionamento de Ar);
BIM:	<i>Building Information Modeling</i> (Modelagem de Informação da Construção ou Modelo de Informação da Construção);
CAU:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo, órgão de classe responsável por emitir a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei n.º 5 452 de 1943;
Cogic:	Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, antiga Dirac (Diretoria de Administração do Campus);
Conama:	Conselho Nacional do Meio Ambiente;
Confea:	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
Crea:	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, órgão de classe responsável por emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);



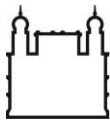
DAE:	Departamento de Arquitetura e Engenharia da Cogic;
DNIT:	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, responsável pela gestão do Sicro (Sistema de Custos Referenciais de Obras);
Fiocruz:	Fundação Oswaldo Cruz;
Ibec:	Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos;
Ibraop:	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas;
IN:	Instruções Normativas emitidas pelos órgãos da Administração Pública;
Inmetro:	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
ISO:	<i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Normalização ou Organização Internacional para Padronização);
LOD:	<i>Level of Development</i> (nível de desenvolvimento - ND) do modelo BIM;
MPOG:	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – atual Ministério da Economia (ME);
MS:	Ministério da Saúde;
MT:	Ministério do Trabalho;
NBR:	Norma Brasileira Regulamentadora;
PE-BIM:	Plano de Execução BIM
PMR:	Pessoas com Mobilidade Reduzida – conforme NBR 9.050:2015 da ABNT;
RDC:	Regime Diferenciado de Contratações, instituído pela Lei nº 12.462 de 2011;
Rioluz:	Companhia Municipal de Energia e Iluminação da PCRJ;
RRT:	Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
Seap:	Secretaria de Estado de Administração e Patrimônio
Sicro:	Sistema de Custos Referenciais de Obras, gerido pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e indicado como fonte oficial de referência de preços de insumos e de custos de composições de serviços no caso específico de infraestrutura de transporte;
Sinapi:	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, indicado como fonte oficial de referência de preços de insumos e de custos de composições de serviços no caso de construção civil em geral, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte;
TCU:	Tribunal de Contas da União;

1.2. DEFINIÇÕES

- I. **Fiocruz:** órgão com personalidade jurídica de direito público vinculada ao Ministério da Saúde, signatário do instrumento contratual – considerado como CONTRATANTE.



- II. **CONTRATADA:** [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.
- III. **Administração Pública:** administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
- IV. **Administração:** órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente – no caso desta contratação, refere-se à Fiocruz.
- V. **Desenho:** representação digital e gráfica em 2D do objeto a ser executado, elaborada de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações, perfeitamente definida em plantas, cortes, elevações, perspectivas, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes.
- VI. **Maquete:** modelo em 3D do objeto a ser executado, elaborada de modo a permitir sua visualização de modo estático ou animado, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações.
- VII. **Desenho Assistido por Computador (Computer Aided Design - CAD):** ferramenta informatizada capaz de facilitar e auxiliar, qualitativamente, o desenvolvimento do desenho técnico, seu uso e manipulação (registro, modificação, recuperação e replicação), tanto quanto auxiliar e facilitar o desenvolvimento dos projetos de Arquitetura, Estrutura, Instalações Prediais, Engenharia Mecânica, Automação, Infraestrutura (redes) e Urbanismo, e Desenho Industrial.
- VIII. **Modelagem de Informação da Construção ou Modelo de Informação da Construção (Building Information Modeling - BIM):** metodologia para construção de um modelo em 3D (maquete) de uma edificação com todas as informações parametrizadas para a extração de documentos de projeto, quantitativos de materiais e serviços, planejamento da obra e gestão de manutenção.
- IX. **LOD (Level of Development):** nível de desenvolvimento (ND) de componentes do modelo BIM a partir da quantidade de informações gráfica e não gráfica (parametrização) desenvolvida em uma determinada etapa – Anteprojeto (ou Projeto Conceitual), Projeto Básico e Projeto Executivo– dos projetos de Arquitetura, Estrutura, Instalações Prediais, Engenharia Mecânica, Automação, Infraestrutura (redes) e Urbanismo, e Desenho Industrial.
- X. **Projeto Executivo (PE):** [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; deve ser entendido como o detalhamento construtivo necessário, preciso e minucioso de todos os componentes da edificação ou ainda como descrição pormenorizada de materiais ou métodos construtivos.
- Todos as disciplinas de projeto que compõem o PE devem ser elaboradas por profissionais legalmente habilitados sendo indispensável o registro das respectivas RRT (CAU) e ART (Crea), e assinaturas em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos.
- XI. **Projeto de As built (como construído):** consiste no processo de levantamento de todas as medidas existentes em uma edificação durante a execução de reformas e/ou construções, transformando-se as informações aferidas em um conjunto de desenhos técnicos ou maquetes que irão registrar a conformação final construída de arquitetura, estrutura e instalações.



- XII. **Obra:** [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- XIII. **Operação Assistida:** conjunto de atividades que permitam o treinamento e capacitação da equipe da CONTRATANTE responsável pelas atividades de operação e manutenção preventiva e corretiva, transferindo todo o conhecimento e experiência necessária para a operação dos produtos (equipamentos, sistemas ou plataformas de serviços), a se realizar em período com prazo determinado em contrato, após a conclusão dos serviços da obra.
- XIV. **Subcontratação:** execução de parcela do objeto descrito no Projeto Básico ou Termo de Referência por terceiro estranho ao contrato, mas sob vinculação direta com a CONTRATADA, que mantém integralmente suas responsabilidades contratuais e legais.

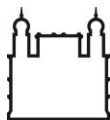
A CONTRATADA pode subcontratar parte da obra, serviço ou fornecimento, desde que dentro dos limites permitidos pela Administração no ato convocatório e no contrato, sendo vedada a subcontratação total do objeto.

A subcontratação deve atender a todas as condições de habilitação constantes do edital e, caso seja efetivada sem autorização da Administração, é motivo para rescisão contratual.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto desta contratação é:

- **Desenvolvimento de projetos executivos** de arquitetura, urbanismo e engenharias necessários à execução da obra de construção de edificação administrativa e de ensino.
- **Elaboração de planejamento de execução da obra**, em um momento anterior ao início de execução da obra a fim da tomada das medidas prévias por parte da contratante, visando evitar impactos ao funcionamento da instituição e da circulação de pessoas e veículos dentro do campus. Esse planejamento deve conter a logística de obra, as interdições e elementos de proteção necessários, as sinalizações e profissionais envolvidos em todas as atividades.
- **Desenvolvimento e entrega de plano de manutenção**, preventiva e corretiva dos elementos construtivos executados na obra.
- **Licenciamento nos órgãos técnicos públicos necessários à execução da obra**. Tais licenças são necessárias e devem ser obtidas antes do início da execução da obra, visando respaldar os agentes públicos e garantir a segurança das pessoas e do patrimônio público.
- **Relatório com registro fotográfico diário do andamento da obra**, apresentando também o processo de execução de cada etapa de obra, as medidas tomadas durante a execução. Esse material, ao fim da execução da obra, deverá ser consolidado e entregue para a Administração para fins de acervo e gestão de infraestrutura.
- **Elaboração de documentação gráfica de registro de “as built” de todas as disciplinas**, considerando as atualizações realizadas no projeto executivo elaborado pela contratada. Tal documentação deve seguir os padrões de desenho da Instituição e vir acompanhada de croquis e intervenções nas plantas originais e respectivas fotos de alterações de projeto que, porventura, tenham ocorrido.



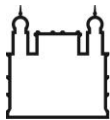
- **Elaboração de levantamento topográfico, prévio e posterior à execução da obra.** O produto do levantamento topográfico posterior à execução da obra deve ser integrado ao “*as built*” e possuir as áreas de intervenção no terreno da Instituição
- **Entrega ao início do contrato das anotações e/ou registros de responsabilidade técnica**, emitidas pelos respectivos órgãos de classe, dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos de cada disciplina de projeto e pela execução da obra.
- **Execução da obra no menor tempo possível**, considerando os prazos de desenvolvimento e aprovação dos projetos e de obtenção das licenças necessárias nos respectivos órgãos técnicos públicos. Assim sendo, entende-se que a obra deverá ser executada pela empresa a ser contratada, atendendo à toda legislação trabalhista e fiscal necessária, respeitando às normas técnicas e requisitos de segurança e, além disso, ser concluída no **prazo completo de execução do contrato, previsto para 240 dias corridos.**

No **ESCOPO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS** deverão constar as seguintes disciplinas:

- Atualização do Levantamento Topográfico, Arbóreo e de Redes
- Sondagem Geotécnica de Reconhecimento do solo
- Modelagem tridimensional da proposta a ser executada
- Arquitetura
- Urbanismo
- Paisagismo
- Desenho Industrial – Sinalização
- Desenho Industrial – Mobiliário
- Fundações
- Estrutura
- Instalações Elétricas e de Proteção Contra Descargas Atmosféricas
- Instalação de Circuito Fechado de TV (CFTV)
- Instalação de Automação
- Instalações de Telefonia e Rede de Dados
- Instalações de Climatização e Renovação de Ar
- Instalações Hidráulicas
- Instalações de Coleta de Águas Pluviais
- Instalações de Esgoto
- Instalações de Detecção, Escape e Combate a Incêndio
- Instalações de Linha de Vida e Ancoragem
- Impermeabilização
- Metodologia BIM

No **ESCOPO DA OBRA** deverão ser apresentados:

- Planejamento e logística da obra
- Planilha de quantitativos
- Histograma de pessoas
- Cronograma de macro etapas, refletidos no planejamento da execução



- Documentação técnica e trabalhista necessário, atendendo à legislação vigente
- Relatórios técnicos necessários de cada disciplina

Deverá ser considerado o seguinte **PROGRAMA GERAL**:

- Construção de Prédio Administrativo e de Ensino
 - prédio destinado a área administrativa e de ensino com aproximadamente **605 m²** de área de administrativa e **385 m²** de área de ensino;
 - urbanização da área externa do entorno do prédio, incluindo iluminação externa e redes de infraestrutura com aproximadamente **850 m²** e muro no entorno do prédio delimitando a área que faz fronteira com a Primatologia.
 - Torre de circulação vertical contendo rampa e escada com **105 m²**.

Ressalta-se que deve ser considerada a elaboração de projetos e construção de toda e qualquer infraestrutura e urbanização necessárias para o pleno funcionamento da edificação

Os serviços incluídos nesta contratação compreendem a totalidade das etapas de projetos, obras, serviços e instalações necessárias, até a sua entrega, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas à finalidade para a qual foram solicitados.

Registra-se ainda que está incluso também no escopo dos trabalhos a entrega de (1) manuais de uso e operação; (2) notas fiscais de todo e qualquer equipamento instalado com as devidas garantias e (3) resultados de laudos e testes como resistência do concreto, impedância do solo, dentre outros.

Por fim, considerando que se trata de contratação integrada impõem-se que todas as soluções de engenharia e arquitetura, sejam referentes a projetos, construção/sistemas de engenharia alcancem a totalidade da área de modo a assegurar a plena operação da edificação.

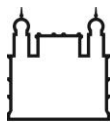
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O documento com a justificativa da contratação será produzido pela Administração Superior e será inserido ao processo eletrônico oriundo dessa contratação, contudo, de forma sintética, a construção da edificação visa prover um espaço para o setor de gestão e de ensino da unidade que se encontra instalado de forma precária dentro do pavilhão principal.

3.2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Permitir a ampliação das atividades institucionais através da infraestrutura necessária para que os cursos da unidade sejam ministrados em instalações adequadas e seguras e, também, prover espaço adequado aos profissionais da área administrativa.



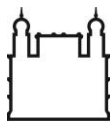
3.3. JUSTIFICATIVA NO QUE SE REFERE A ALTERNATIVA ESCOLHIDA, NOTADAMENTE QUANTO A VIABILIDADE TÉCNICA, ECONOMICA E AMBIENTAL DO SERVIÇO

Caberá à contratada avaliar as características construtivas e métodos de execução compatíveis com as necessidades da Instituição, apresentadas no presente documento. A definição pela modalidade de contratação deve ser avaliada pelas instâncias institucionais a fim de definir a legalidade de contratação de projeto e obra, com base na legislação vigente.

3.4. VISÃO GLOBAL DO SERVIÇO E IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES

Para atendimento das necessidades da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ser capaz de:

- Atualizar a Topografia bem como o levantamento arbóreo existente e realizar sondagem do terreno no local da edificação;
- Conceber revisão do anteprojeto para aprovação da contratada
- Produzir maquetes eletrônicas.
- Produzir relatórios e peças técnicas para aprovação do projeto junto a contratante;
- Desenvolver projetos de executivos de arquitetura, urbanização e engenharias;
- Fornecer lista de todo o mobiliário necessário a conclusão do projeto com no mínimo 3 meses de antecedência da entrega da obra para aquisição pela unidade. O mobiliário fixo é de responsabilidade da obra (balcões, armários planejados, bancadas, divisórias).
- **Reimplantar a estrutura modular existente com toda a infra necessária em local indicado no Anteprojeto de Referência.**
- Fornecer documentação completa necessária ao licenciamento dos projetos e obras junto aos órgãos municipais reguladores, cujo trâmite estará a cargo da CONTRATANTE, incluindo pranchas assinadas com respectivos RRT's e ART's;
- Obter as licenças necessárias nos órgãos técnicos públicos necessários à execução da obra de acordo com a legislação vigentes nas esferas públicas e concessionárias;
- Executar a supressão arbórea e sua devida compensação ambiental exigida pelos órgãos responsáveis
- Aprovar o projeto no CBMERJ;
- Definir os encargos e especificações de serviços;
- Conceber o planejamento da obra e cronograma físico-financeiro;
- Executar a obra da edificação, atendendo ao escopo pretendido, considerando a escolha de métodos construtivos, prazos, requisitos de segurança, máquinas, equipamentos de proteção e tapumes que se façam necessários para a execução da obra com segurança;
- Produzir os registros gráficos de "as built" e informações complementares de manuais de uso, operação e manutenção da obra de todas as disciplinas;
- Definir os responsáveis técnicos por cada disciplina de projeto bem como pela obra;
- Atender à legislação vigente, atendendo às normas trabalhistas e fiscais, preconizadas pelos órgãos de controle da Administração Pública;
- Regularizar o fornecimento de utilidades junto às concessionárias de serviços diversos;



A CONTRATADA deverá utilizar a metodologia BIM e desenvolver os projetos de maneira harmônica e compatibilizados entre si, atendendo, sempre aos seguintes requisitos gerais, baseados na Lei nº 8.666/1993:

- funcionalidade e adequação ao interesse público; observando as possibilidades de mudanças de uso, reforma e manutenções preventiva e corretiva dos espaços;
- economia na execução, conservação e operação, adotando, sempre que possível, um sistema de modulação de componentes;
- utilização de materiais, componentes e soluções técnicas adequadas à realidade regional e ao objetivo da edificação;
- facilidade na execução, conservação e operação sem prejuízo da durabilidade; e
- adoção de normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

3.5. ANTEPROJETO DE REFERÊNCIA

O Anteprojeto de Referência é relativo ao Prédio Administrativo e de Ensino do Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB). Atualmente a unidade concentra suas atividades no Pavilhão 41, unindo de forma precária as atividades de gestão, ensino e laboratórios/biotérios. Este projeto tem como foco prover instalações melhores para as atividades administrativas e de ensino da unidade e permitir uma melhor setorização das atividades dos biotérios e laboratórios.

A nova edificação está dividida em 2 pavimentos, com acessos totalmente independentes. No térreo foi desenvolvido o programa para abrigar a gestão da unidade, com um núcleo de apoio ao centro, onde temos a copa, DML e sanitários. Nas extremidades do pavimento temos dois grandes salões onde os setores previstos no programa de necessidades do administrativo deverão ser distribuídos.

A circulação vertical para o 2º andar é feita por uma rampa conjugada com escada, ambas inseridas na torre de vidro, elemento marcante da fachada principal do bloco. A escada ainda terá um último lance para acesso laje de cobertura, onde teremos uma área técnica, de forma a facilitar o acesso e manutenção.

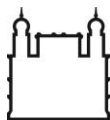
No 2º andar temos uma ampla varanda que funciona como ambiente de convívio e circulação. Um núcleo de apoio idêntico ao do térreo se repete e as salas se dividem em cada uma das extremidades.

A área de urbano e paisagismo deve englobar a calçada em frente a edificação e toda a área contida dentro do perímetro do novo muro a ser construído e ainda a criação de vaga para PNE próximo a edificação.

3.6. PROGRAMA DE NECESSIDADES DO EMPREENDIMENTO E SUAS DIRETRIZES CONSTRUTIVAS

Deverá ser projetada e construída a edificação atendendo ao escopo previsto no presente documento e seus anexos, como plantas, planilhas e documentação complementar.

Por se tratar da contratação conjunta de projetos e obra, ou seja, sem elaboração prévia de projeto completo por parte da CONTRATANTE, o programa de necessidades, assim como as soluções técnicas e construtivas podem ser ajustados pela CONTRATADA. Isso significa que poderá utilizar materiais e métodos similares àqueles indicados neste documento, sobretudo visando garantir o prazo de execução da obra, desde que mantido o atendimento aos requisitos definidos. O mesmo se aplica ao anteprojeto anexo a este documento, que poderá ser ajustado pela CONTRATADA em razão dos métodos executivos e construtivos adotados.

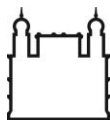


Abaixo segue descrito o **PROGRAMA DE NECESSIDADES** básico, generalidades, especificações básicas que devem ser atendidas no desenvolvimento dos projetos e as diretrizes construtivas – sem prejuízo do atendimento das demais condições gerais e específicas estabelecidas para cada disciplina, registradas no item “Desenvolvimento dos Projetos”, deste documento.

PROGRAMA DE NECESSIDADES:

TÉRREO

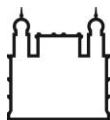
Área	Ambiente	População Prevista
Administrativo	<u>Núcleo de Gestão</u>	
	Sala da Direção	1
	Sala Vice Direção de Biomodelos	1
	Sala Vice Direção de Pesquisa e Ensino	1
	Sala Vice Direção de Gestão	2
	Secretária	1
	<u>Núcleo de Administrativo</u>	
	Departamento de Gestão e Desenvolvimento Institucional (DGDI)	1
	Serviço de Compras de Insumos (SECOM)	4
	Assessoria de Planejamento (ASPLAN)	3
	Seção de Orçamento e Finanças (SEOF)	3
	Setor de Licitações	2
	Núcleo de Projetos Estratégicos (NPE)	4
	Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)	1
	Serviço de Gestão de Pessoas (SGP/RH)	7
	Assistência Técnica da Gestão da Qualidade (ATGQT)	5
	Assessoria de Comunicação (ASCOM)	2
	Assessoria da Direção	3
	Setor de Patrimônio	4
	Segurança do Trabalho (GST)/Saúde do Trabalhador	2
	Setor de Protocolo	3
	Serviço de Almoxarifado (SEASUP)	2
	Terceirização/ Telefonia	2
	Arquivo	1
	Biossegurança	3
	Hall de Entrada/ Recepção	2
	Sala de Reunião - 8 pessoas	-
	<u>Núcleo de Apoio</u>	
	Sanitário Feminino	
	Sanitário Masculino	
	Sanitário PNE	
	Copa	
	Refeitório	
	DML	
	<u>Circulação</u>	
	Hall/Circulação	
		60

**2º PAVIMENTO**

Área	Ambiente	População Prevista
Ensino	<u>Núcleo de Gestão</u>	
	Secretaria	3
	Coordenação de Ensino	3
	<u>Núcleo de Ensino</u>	
	Sala de Aula para 30 alunos	30
	Sala de Aula para 30 alunos	30
	Sala de Aula para 20 alunos	20
	Sala de Aula para 20 alunos	20
	Depósito/Arquivo	-
	Sala de Reunião	-
	Sala de Edição	
	Sala de Servidor	
	<u>Núcleo de Apoio</u>	
	Sanitário Feminino	
	Sanitário Masculino	
	Sanitário PNE	
	Copa	
	DML	
	<u>Circulação</u>	
	Hall/Circulação/Convívio/Varanda	
	Área total	106

QUADRO DE ÁREAS

Área	Escopo	M2
Administrativa	1º Pavto.	605,00
Ensino	2º Pavto.	385,00
Urbanismo	Urbano no entorno do prédio, iluminação externa, redes de infraestrutura e muro de delimitação do terreno	850,00
Circulação Vertical	Torre de circulação com rampa e escada interligando o 1º, 2º pavto e cobertura	105,00



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

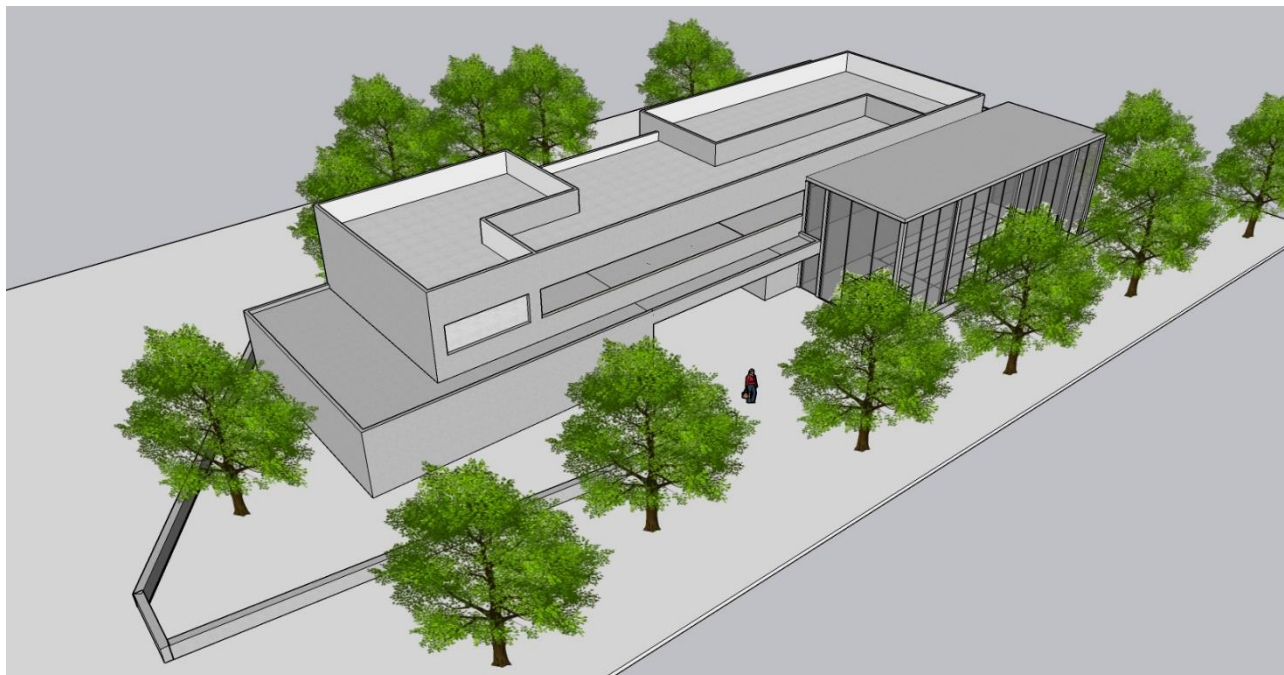


Figura 1 – ANTEPROJETO DE REFERÊNCIA - VOLUMETRIA

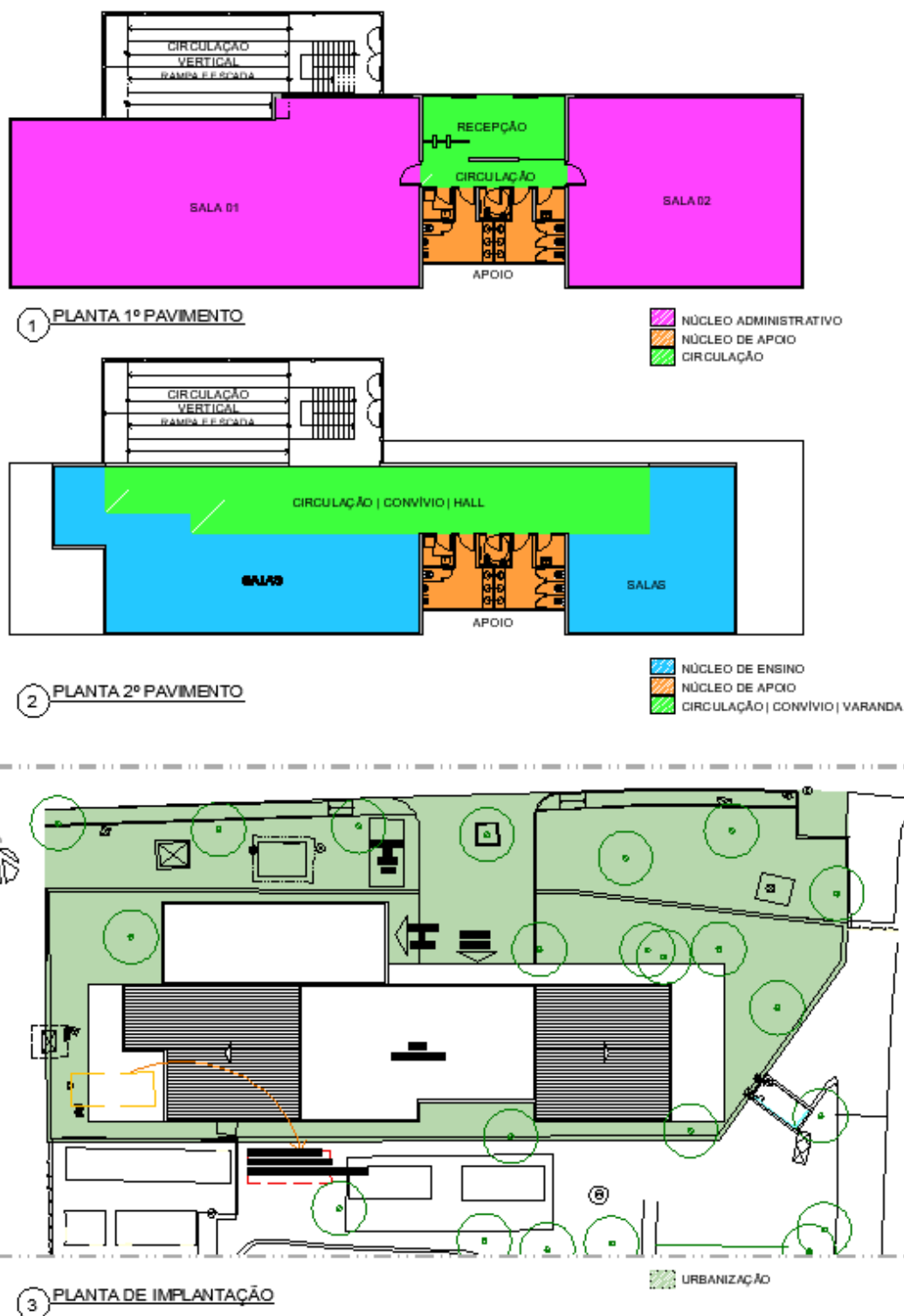
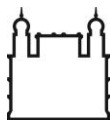
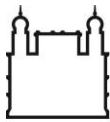


Figura 2 – ANTEPROJETO DE REFERÊNCIA - PLANTA DO TÉRREO, 2º PAVTO E IMPLANTAÇÃO



3.7. ESPECIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESPERADO

O desempenho da CONTRATADA será medido pela observância dos critérios de qualidade indicados neste documento e o cumprimento dos prazos de serviço contratados.

3.8. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM ADOTADAS

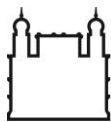
Todas as soluções técnicas propostas e as novas construções deverão respeitar as características e os elementos existentes, adequando-se em especial à infraestrutura (redes), urbanização, paisagem urbana e construções históricas tuteladas.

3.9. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇO

Nesta contratação deverão ser realizados os seguintes tipos de serviços:

- elaboração de levantamentos;
- elaboração de maquetes eletrônicas das áreas internas e externas dos diferentes projetos especificados a serem desenvolvidos;
- elaboração de relatórios, peças técnicas e quaisquer documentos necessários para aprovação dos projetos pela CONTRATANTE;
- elaboração de relatórios, peças técnicas e quaisquer documentos necessários para aprovação do projeto pelo CBMERJ, conforme todas e quaisquer exigências estabelecidas;
- elaboração de relatórios, peças técnicas e quaisquer documentos necessários para obtenção de serviços e/ou respectivas regularizações junto às Concessionárias, conforme todas e quaisquer exigências estabelecidas;
- fornecimento de documentação técnica completa assinada pelos responsáveis pelos projetos e obra, incluindo ART's e RRT's, necessária ao licenciamento dos empreendimentos junto aos órgãos reguladores municipais, conforme todas e quaisquer exigências estabelecidas;
- desenvolvimento de projetos em nível **Executivo**, com a consolidação de todos os aspectos gerais construtivos, utilizando a **metodologia BIM**;
- elaboração de peças complementares, obrigatórias e indissociáveis do Projeto Executivo tais como encargos e especificações de serviços; planejamento de execução de obras e cronograma físico-financeiro; projetos de canteiro de obra, áreas de vivências e instalações provisórias; e
- elaboração de projeto de *as built*, com as informações de todos os elementos, sistemas, componentes e serviços instalados de todas as disciplinas, utilizando a **metodologia BIM, com vistas à utilização do modelo para a fase de manutenção e operação.**

Ressalta-se que todos os produtos a serem fornecidos deverão ser aprovados pela CONTRATANTE.



1.3.1. Identificação e especificação dos subtipos de serviço

Por decorrência direta da execução dos serviços previstos nesta contratação e na perspectiva de **promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas**, a CONTRATADA deverá realizar os seguintes subtipos de serviços:

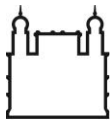
1. sistematização de diretrizes de modelagem BIM, padronização de *templates* e bibliotecas, com respectivos manuais de uso, de modo a permitir a utilização pela CONTRATANTE;
2. sistematização do planejamento, acompanhamento e controle do desenvolvimento dos projetos demandados pela CONTRATANTE através de metodologia e *software* apropriados para a gestão dos projetos. O sistema (metodologia e *software*) para gestão dos projetos deverá ser capaz de:
 - monitorar o andamento de cada disciplina de projeto com definição de tarefas, marcos e alertas temporais a partir de Gráfico de Gantt;
 - otimizar a colaboração e comunicação entre profissionais da própria CONTRATADA e destes com os profissionais a serem mobilizados pela CONTRATANTE;
 - controlar o acesso aos dados e informações relacionadas à contratação através de (1) políticas de autenticação e certificações digitais; (2) criação de perfis por tipo de usuário; e (3) registro de movimentação e controle sobre alterações;
 - organizar toda e qualquer documentação relacionada à contratação através de estrutura de dados não linear (árvore) e armazená-la em bases físicas e virtuais (originais e *backups*) com possibilidade de portabilidade para outras plataformas, protegida por controle de acesso; e
 - disponibilizar o acesso aos dados e informações – seja para registro (alimentação), alteração ou consulta (visualização) -- por qualquer profissional da CONTRATADA ou pelos profissionais designados pela CONTRATANTE por meio remoto (por exemplo Rede Privada Virtual) ou computação em nuvem (*cloud computing*);

3.10. CRITÉRIOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ATRAVÉS DA METODOLOGIA BIM

Seguindo-se a Estratégia Nacional para a Disseminação do *Building Information Modeling* (BIM), ou Estratégia BIM BR, estabelecida pelo Decreto nº 9.377/2018, salvo indicação expressa em contrário formulada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ter pleno domínio e desenvolver os projetos utilizando a metodologia BIM a partir da construção de modelo virtual de cada projeto demandado, com todas as informações parametrizadas para a extração de documentos a cada fase e de quantitativos de materiais e serviços.

Além disso, o modelo será utilizado para planejamento da obra e gestão de manutenção e operação do empreendimento.

A metodologia BIM a ser implementada pela CONTRATADA deverá permitir formatar parâmetros para a operação e manutenção do edifício, incorporando os conceitos de gestão de *facilities* (FM) e do uso da ferramenta CoBIE (BIM-7D).



Para a construção do modelo virtual em BIM, a CONTRATADA deverá dispor de uma equipe dedicada a tal serviço com conhecimento em: modelagem; customização; criação e adaptação de famílias e desenvolvimento de bibliotecas; compatibilização; complementação de desenhos e controle de dados.

A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Execução BIM (PE-BIM) relativo à metodologia que será aplicada ao desenvolvimento dos projetos, acompanhamento da obra e projeto de *as built* como recurso para a fase de manutenção e operação. Este documento deverá definir claramente o que se espera do modelo e como será executado e avaliado, devendo ainda ser atualizado a cada fase da contratação.

Necessariamente o PE-BIM deverá contemplar os seguintes elementos mínimos, sem prejuízo de outras definições a serem exigidas pela CONTRATANTE:

- definição de cronograma de desenvolvimento do modelo com suas respectivas etapas de entrega;
- definição das premissas de modelagem, como objetivos e usos do BIM e nível de desenvolvimento do modelo necessário em cada fase da contratação;
- determinação dos processos para a elaboração do modelo;
- estabelecimento dos procedimentos para o intercâmbio de informações e de colaboração entre disciplinas de projeto.
- A CONTRATADA deverá adotar ferramentas para detecção de conflitos (*clash detection*) para cada projeto demandado e desenvolvido através da metodologia BIM com os seguintes objetivos:
 - servir como apoio à CONTRATANTE para validação do projeto a cada fase, permitindo o acompanhamento da execução e análise de todos os documentos de projeto associados aos resultados esperados e cronograma.
 - contemplar os resultados com o objetivo de aferir a qualidade da compatibilização entre as definições das diversas disciplinas envolvidas.

3.11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A partir da publicação da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, ficou estabelecido que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional deveriam incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras.

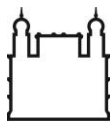
Deste modo, conforme o artigo 4º da referida Instrução Normativa, orienta-se que:

“Nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.666/1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;



IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization)."

Ainda considerando o artigo 6º da IN nº 1/2010 do MPOG – que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas, sempre que cabível – para este Projeto Básico podemos transcrever os seguintes elementos:

"I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

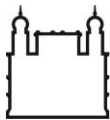
V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente. [negrito nosso]



Entretanto, aproveitando-se a oportunidade estabelecida pelo parágrafo único do artigo 6º, da Instrução Normativa em questão, e respeitando-se o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, a Fiocruz estabelece outros critérios considerados relevantes para atingir os resultados estabelecidos pela instituição no que concerne à sustentabilidade ambiental de seus projetos, sejam eles de qualquer natureza.

Em relação direta com as atividades da CONTRATADA, se esclarece que o serviço em questão envolve materiais que devem ser obtidos segundo critérios de sustentabilidade, adotando aqueles que oferecerem menor impacto ao meio ambiente e que sejam provenientes de empresas que apresentem programa de gerenciamento ambiental, qualificado segundo as normas ambientais vigentes.

Os produtos adotados deverão ser adquiridos de locais próximos, representando o menor impacto logístico possível e o serviço deverá ser realizado gerando o menor volume de resíduos possível.

É obrigatório que as empresas contratadas pela Fiocruz e suas subcontratadas detenham conhecimentos ambientais e cumpram a legislação ambiental vigente, apresentando as documentações pertinentes.

3.12. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA terá 210 (duzentos e dez) dias corridos para elaboração de projetos e construção da obra, acrescido de 30 dias para a operação assistida, totalizando **240 (duzentos e quarenta) dias de prazo de execução dos serviços.**

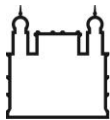
O **prazo de vigência é de 360 (trezentos e sessenta) dias** contados a partir da assinatura do contrato.

4. COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

A proposta a ser apresentada pela empresa deverá seguir a estrutura base elaborada pela Administração. Além disso, deve seguir as recomendações a seguir:

- A proposta a ser apresentada pela empresa deve considerar todo o escopo da contratação;
- A proposta deverá apresentar os custos dos serviços contratados: projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharias,
- Cronograma de desembolso, segundo etapas de execução dos serviços, de acordo com a planilha base encaminhada;

Ao enviar a proposta, a empresa deve declarar expressamente que os preços ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com materiais e/ou equipamentos, ferramentas, fretes, transportes, carga, descarga, armazenagem, vigilância, logística, manutenção, conservação, instalação, supervisão, gerenciamento, operação, processamento, tratamento, combustíveis, despesas junto a concessionárias públicas (água, energia, gás, telefone, esgoto), mão de obra especializada ou não (diurna ou noturna), seguros em geral, garantias, encargos financeiros, riscos, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunistica do Trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como o seu lucro;



Deve ser apresentada a composição das taxas de BDI – Bonificação e Despesas Indiretas – de forma detalhada nos moldes do que estabelecem os Acórdãos TCU 2369/11 e 2622/13 ou outro mais recente que possa vir a ser exarado pela Corte de Contas durante a realização dos trabalhos.

5. EQUIPE TÉCNICA - CONTRATADA

5.1. CONSÓRCIOS

Conforme documento de premissas da contratação, anexo ao processo.

5.2. EQUIPE DE PROFISSIONAIS (CONTRATADA)

No tocante à equipe técnica para desenvolvimento do objeto desta contratação, é de responsabilidade da CONTRATADA dimensionar, selecionar e mobilizar os profissionais necessários para o cumprimento de todos os serviços descritos neste Termo de Referência, assumindo a responsabilidade do cumprimento de todo o escopo de trabalho dentro do prazo, custo e qualidade previstos.

A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, inclusive por suas subcontratadas.

Todo e qualquer serviço deverá ser executado por profissionais habilitados e a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

O mesmo profissional poderá acumular responsabilidade técnica em mais de uma disciplina, desde que legalmente habilitado.

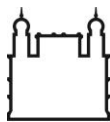
A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do Contrato.

A CONTRATADA deverá garantir que os trabalhos executados estejam de acordo com seus deveres relativos à aquisição, utilização e defeitos de fabricação em materiais, à falhas cometidas pela mão-de-obra ou métodos de execução dos serviços e ao tempo de garantia do serviço, de conformidade com o disposto no Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII (Da Empreitada).

A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

Conforme documento de premissas da contratação, anexo ao processo.



6. DESCRIÇÃO DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

À CONTRATANTE caberá a designação de profissional(is), doravante denominados de FISCALIZAÇÃO, responsáveis pelo (1) acompanhamento metódico e permanente da execução dos serviços previstos na contratação; (2) definição de diretrizes e parâmetros técnicos para o desenvolvimento dos serviços em consonância com o definido em Edital e no Projeto Básico; (3) acolhimento de questionamentos ou solicitações de qualquer natureza da CONTRATADA; (4) aprovação dos serviços e produtos gerados pela CONTRATADA.

À CONTRATADA caberá a responsabilidade integral (técnica, operacional, legal, administrativa) pela prestação dos serviços que compõem esta contratação, sendo ainda responsável pelas subcontratações admitidas, incluindo todas e quaisquer questões estabelecidas nesta relação, nas quais a CONTRATANTE e a(s) subcontratada(s) não terão quaisquer solidariedade, porém a CONTRATANTE poderá exigir substituição da(s) mesma(s) caso considere pertinente devido a fatos que estejam causando ou possam vir a causar riscos e/ou danos ao objeto contratual descrito neste documento.

O objeto deverá ser desenvolvido em estreita parceria com a CONTRATANTE, devendo a equipe técnica da CONTRATADA manter permanente contato com a FISCALIZAÇÃO. No entanto, é importante salientar que tal parceria não significa diluição das responsabilidades técnicas e legais da CONTRATADA.

6.1. ALTERAÇÕES DE SERVIÇOS

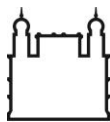
Em consonância com o artigo 69 da Lei nº 8.666/1993, caso a Fiscalização identifique, mesmo após a aprovação, vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos serviços executados, a CONTRATADA deverá corrigir às suas expensas.

Alterações em projeto solicitadas pelos órgãos reguladores para fins de licenciamento também deverão ser executadas sem ônus à CONTRATANTE. Caso a CONTRATANTE determine modificações em quaisquer documentos ou projetos já aprovados, implicando alterações necessárias e/ou obrigatórias com vistas a uma melhor adequação do conteúdo e resultados do objeto contratado, estas deverão ser realizadas pela CONTRATADA.

No caso das alterações, a pedido da administração pública, após a aprovação do projeto ou obras, visando melhorias e que caracterizem acréscimo de serviços, estas serão contemplados a partir de aditivo ao contrato em consonância com o artigo 65 da Lei nº 8.666/1993 e § 4º do Art.9º da Lei nº 12.462/2011 (RDC). Apenas as variações quantitativas de itens de serviço explicitamente relevantes, superiores a 10% do quantitativo do item previsto no orçamento, poderão ensejar a celebração de termo aditivo de acréscimo.

Nos casos não abordados nas Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR) ou na legislação vigente, poderão ser consideradas normas internacionais como ISO, ASHRAE, TIA/EIA, dentre outras. Para incorporação de tais normas como procedimento válido para o desenvolvimento das atividades, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá formalmente aprovar o uso de tal norma específica.

Quaisquer alterações que a CONTRATADA deseje realizar naquilo que foi previamente estabelecido neste documento deverá ser apresentado através de solicitação formalizada e documentada onde constem argumentações pertinentes e que apresentem algum ganho potencial em prazo, qualidade e/ou que agreguem algum valor tangível aos serviços. A solicitação deverá conter os seguintes itens: objeto e objetivo da solicitação, justificativa (técnicas e legais) e sua relevância. Essas solicitações deverão ser sempre assinadas pelo representante legal da CONTRATADA e validadas formalmente pela FISCALIZAÇÃO.



6.2. COMPATIBILIZAÇÃO E REVISÃO DE PROJETOS

A CONTRATADA deverá compatibilizar os projetos desenvolvidos entre si no Projeto Executivo e/ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE. A compatibilização dos projetos é responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. Caso sejam necessárias alterações e/ou revisões de projeto, **inclusive na fase de construção** – imputáveis a incompatibilidades ou vícios de projeto – estas revisões serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.3. CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

A CONTRATADA, de acordo com o artigo 111 da Lei nº 8.666/1993, cederá os direitos patrimoniais relativos aos trabalhos elaborados, autorizando a plena e irrestrita utilização e adaptação dos produtos decorrentes de serviços e projetos objetos dessa contratação.

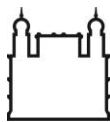
6.4. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A CONTRATADA concorda em manter a mais completa confidencialidade quantos aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante a autorização escrita da CONTRATANTE, e desde que sejam garantidos os créditos à Fiocruz.

7. DESPESAS GERAIS

Estarão a cargo da CONTRATADA as despesas referentes à:

- aquisição de todos e quaisquer insumos para a prestação dos serviços, tais como locação de espaços; aquisição de *hardware* e *software*; aquisição de equipamentos ou instrumentos de qualquer natureza e finalidade; fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) ou Individual (EPI); mobiliário de qualquer natureza e finalidade, material de escritório e expediente;
- diárias, deslocamentos, hospedagens e alimentação de sua própria equipe ou subcontratadas, seja por solicitação expressa da CONTRATANTE para participação em algum evento imprescindível ou reunião, ou por decorrência da execução dos serviços;
- impressões e plotagens, em quantas vias forem necessárias, de todas e quaisquer peças;
- envio de documentos à CONTRATANTE através de empresas de logística (correios, transportadoras);
- subcontratações não previstas no edital que se façam necessárias para o atendimento pleno das diretrizes e escopo do objeto contratual;
- pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais e tributárias incidentes ou que vierem a incidir decorrentes da contratação junto aos órgãos da Administração Pública municipal, estadual ou federal, Conselhos de Classe, sindicatos e confederações, dentre outros.



8. METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

Segue descrita a metodologia para execução da contratação, observando os pontos de inspeção, os serviços e a especificação do método e material a ser utilizado.

8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Todo e qualquer serviço deverá ser executado por profissionais habilitados e a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.

8.2. INTERFACE COM AS PARTES INTERVENIENTES

A CONTRATADA é responsável por conhecer as condições peculiares para desenvolvimento dos projetos e execução da, tais como: (1) o terreno e suas características naturais e de vizinhança; (2) a infraestrutura e urbanização existentes; (3) a legislação urbanística, ambiental e edilícia; e (4) os procedimentos de aprovação de projetos no CBMERJ; (5) as condições de fornecimento de serviços das diversas concessionárias.

Para tanto, desde o início dos serviços, a CONTRATADA deverá adquirir, de forma proativa e presencial, todas as informações necessárias para o desenvolvimento e conclusão plena do Escopo Geral da contratação. A CONTRATADA deverá realizar visita aos locais dos projetos a serem desenvolvidos, consulta direta às leis, decretos e normas pertinentes.

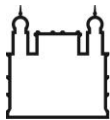
Até que todas as dúvidas ou pendências se esgotem, novas visitas e reuniões poderão se fazer necessárias, devendo a equipe da CONTRATADA estar disponível para atender a tais eventos.

8.3. PLANEJAMENTO, CONTROLE E MONITORAMENTO

Previamente ao início da execução da contratação, a CONTRATADA deverá desenvolver um **Planejamento Global** definindo a logística de execução, controle e gerenciamento de etapas e risco.

Este planejamento deverá nortear o Gerenciamento do serviço, sendo importante instrumento para informar à CONTRATANTE acerca do andamento do serviço e documentar o processo sobre a realização do mesmo, através de sua atualização frequente.

Para o início e desenvolvimento das atividades, considerando as variáveis peculiares ao objeto desta contratação, compete à CONTRATADA desenvolver ainda um **Plano de Trabalho Detalhado**. Vale esclarecer que o PE-BIM deve integrar este documento.



A CONTRATADA deverá apresentar documentação em quantidade e frequência predeterminada, contendo a listagem dos produtos e suas datas de entrega, registro das emissões de desenhos, memórias de cálculo, relatórios e demais informações necessárias para permitir a correta gestão da contratação. Todos esses elementos deverão ser compatibilizados com os prazos contidos no cronograma físico-financeiro da contratação para que seja possível, por parte da CONTRATANTE, uma melhor avaliação dos serviços executados.

8.4. FLUXO GERAL DE ENTREGAS DOS PRODUTOS

O desenvolvimento dos trabalhos se dará em fases, conforme descrito neste documento. As entregas dos produtos referentes às fases do trabalho bem como qualquer documentação referente ao processo deverão ser realizadas através da Coordenação Geral da Cogic.

Durante o período de execução da contratação, caberá a CONTRATADA a organização, manutenção e alimentação de um sistema de Gestão Eletrônico de Documentos para o intercâmbio de documentos eletrônicos. A FISCALIZAÇÃO deverá ter acesso aos dados armazenados no sistema para leitura, revisão e *download* do material em desenvolvimento. As consultas poderão acontecer a qualquer tempo sem limite de acesso.

A CONTRATADA será responsável, pelo fornecimento do produto impresso e assinado pelos responsáveis técnicos, bem como de todos os arquivos eletrônicos editáveis referentes aos documentos de projetos. Todos os arquivos deverão ser entregues em seus formatos originais e em formato PDF para impressão nos tamanhos compatíveis com o documento e gravados em mídia digital compatível (*pendrive*).

A entrega final de todo e qualquer documento referente à contratação deverá ser realizada através do Serviço de Protocolo da Cogic. Cabe informar que o Serviço funciona das 8h às 17h de segunda à sexta-feira e que pode receber correspondências entregues pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios S/A) ou, esporadicamente, serviços de courier particulares; assim sendo, a empresa CONTRATADA deverá apresentar o protocolo de envio onde estejam descritas a data e hora da entrega do material na empresa transportadora.

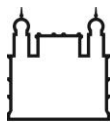
Em toda e qualquer entrega realizada, a CONTRATADA deverá incluir listagem dos documentos entregues para posterior conferência pela FISCALIZAÇÃO.

9. DIRETRIZES GERAIS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS

Os parâmetros, conceitos e critérios registrados neste documento como diretrizes deverão ser os norteadores para o desenvolvimento de todos os projetos dentro do escopo deste contrato, além das diretrizes específicas para cada disciplina.

Não serão aceitos projetos que não estejam de acordo com quaisquer diretrizes vigentes e/ou definidos pela CONTRATANTE.

9.1. PREMISSAS LEGAIS E NORMATIVAS



A CONTRATADA deverá produzir toda a documentação técnica necessária à execução de uma obra pública atendendo os preceitos constantes na Lei nº 8.666/93 e IN nº 05 (e demais leis complementares) que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Ao final do documento encontram-se listadas as Leis, Normas, Atos e demais documentos especialmente considerados na edição deste documento para contratação do projeto, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação vigente que sejam aplicáveis ao objeto da contratação, respeitando-se todas as esferas de atuação: Federais, Estaduais e Municipais.

9.2. SOLUÇÕES DE PROJETO RACIONAIS

A CONTRATADA deverá apresentar soluções de projeto que possibilitem:

- mínima modificação da arquitetura, sistemas, instalações e equipamentos já instalados no campus;
- fácil manutenção e conservação compatíveis com o custo da instalação dos sistemas projetados, observando as possibilidades de mudanças de uso e reformas;
- acesso aos espaços técnicos horizontais e verticais (*shafts*), permitindo a adequada manutenção de dutos, cabos e demais elementos alimentadores e coletores das redes e sistemas projetados; e
- gestão eficiente de energia, de água, de resíduos e de operação do empreendimento.

9.3. PROCESSOS CONSTRUTIVOS RACIONAIS

A CONTRATADA deverá apresentar processos construtivos:

- integrados, proporcionando economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da edificação;
- que apliquem tecnologias que permitam a conclusão da obra nos prazos esperados pela Instituição;
- que possibilitem a gestão eficiente de energia, de água, de resíduos e de operação durante a execução da obra.

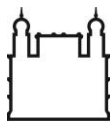
9.4. CONFORTO ERGONÔMICO, VISUAL E ACÚSTICO

A CONTRATADA deverá atender a todos os parâmetros e índices recomendados por norma (NR, NBR) ou legislação para a segurança e conforto ergonômico, visual e acústico dos usuários das edificações.

9.5. ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

A CONTRATADA deverá considerar todas as recomendações do Decreto-lei nº 5296 de 2 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Portanto, a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT NBR 9050, as legislações específicas e as regras contidas no referido decreto.

9.6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRELIMINARES AO PROJETO



Previamente ao desenvolvimento de qualquer projeto a CONTRATADA deverá proceder ao levantamento das áreas de intervenção definidas pela CONTRATANTE.

Conforme a exigência de cada projeto, o levantamento deverá abranger:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, ARBÓREO E DE REDES

A empresa deverá realizar a atualização dos levantamentos topográficos necessários a atender plenamente o escopo dessa contratação, considerando os levantamentos prévios ao projeto bem como a realização de um levantamento topográfico após a execução da obra para registro de “as built”. No levantamento prévio deve constar a disposição geral **das edificações, vias, elementos arbóreos, elementos de urbanismo e paisagismo e a identificação e localização das redes existentes** e nos “as built” todas as modificações feitas in loco.

SONDAGEM GEOTÉCNICA DE RECONHECIMENTO DO SOLO

A sondagem de reconhecimento do subsolo é serviço obrigatório, sendo elemento indispensável para determinar o tipo de fundação a adotar. Este estudo proverá a CONTRATANTE com informações cadastrais para elaboração de projeto básico e executivo de fundação para a futura construção.

A CONTRATADA receberá da CONTRATANTE relatórios de sondagens realizados para a construção de edificações vizinhas, porém, deverá realizar esse serviço na área da nova edificação para uma melhor avaliação do terreno e definição da fundação ideal para a construção.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos e pessoal especializado para a execução dos serviços propostos;

A CONTRATADA deverá apresentar responsável técnico para realizar acompanhamento sistemático aos locais de trabalho, durante sua execução;

O fornecimento de água para a execução do serviço de sondagem estará a cargo da CONTRATADA.

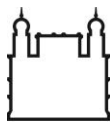
Caso seja necessário deverá ser feita a limpeza e desimpedimento da área de execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos inerentes à execução dos serviços propostos, incluindo o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) correspondente.

A Sondagem a Percussão deverá ser executada em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), destacando-se a NBR 6484:2001 “Solo - Sondagens de Simples Reconhecimento com SPT - Método de Ensaio”. Poderão ser utilizadas outras normas sobre o assunto, desde que não contrariem ou diminuam a da ABNT.

Durante o avanço da sondagem, ao se verificar ocorrência de água, deve-se interromper o trabalho e registrar a profundidade. Posteriormente, deve-se aguardar sua estabilização e registrar a profundidade de sua superfície.

Caso a FISCALIZAÇÃO considere inexpressivos quaisquer produtos elaborados ou que eles contenham erros ou ausência de alguma informação, estes serão recusados e a CONTRATADA deverá apresentar novos produtos e/ou executar novamente os serviços para nova validação sem ônus para a CONTRATANTE.



9.7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO

Todos os aspectos relacionados aos produtos esperados de cada disciplina estão discriminados no **APEN-DICE 02.**

9.8. CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

Consiste na descrição de todas as regras e condições (Encargos) que se devem seguir para a execução da obra, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.

Especificações Técnicas dizem respeito ao detalhamento de todos os materiais, componentes e equipamentos a serem empregados, de modo a permitir sua perfeita caracterização; seguindo-se o disposto na Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU, é conveniente a indicação de fabricante, marca, modelo e tipo, ressalvada a possibilidade de similaridade.

9.9. PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS

A CONTRATADA deverá definir o Planejamento de Execução da Obra que deverá ser desenvolvido com programas para Gestão e Planejamento, tais como Microsoft Project, Primavera ou outro que possibilite ser salvo na extensão MPP.

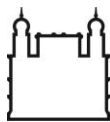
O Planejamento de Execução da Obra deverá ser composto de no mínimo:

- análise das atividades a serem executadas, Gráfico de Gantt, análise de caminho crítico, tendo por base a rede CPM (Critical Path Method);
- alocação de recursos (materiais, equipamentos e pessoal) para atendimento ao cronograma planejado;
- definição das produtividades dos serviços;
- Planejamento da logística de execução da obra sobre a via expressa, considerando interdições (se necessário), elementos de proteção, sinalizadores e orientadores de tráfego. Esse planejamento deverá ser aprovado pelas autoridades de tráfego responsáveis pela gestão na via expressa e no município
- cronogramas e Histograma de utilização dos materiais, equipamentos e pessoal.
- PGRCC – da fase de demolição e construção

9.10. ORIENTAÇÕES PARA PROJETO DE *AS BUILT*

Para todos os projetos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA deverá ser elaborado Projeto de *as built*, conforme norma da ABNT 14645:2001 – elaboração do “como construído” (*as built*) para edificações.

10. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA



10.1. DOCUMENTAÇÃO GERAL

Para o início dos trabalhos toda a documentação da CONTRATADA (CREA, INSS, Certidão Cível Negativa, registro no SICAF, dentre outros) deverá estar em dia, sendo apresentados comprovantes para a Equipe de Fiscalização de Obras do DAE.

A CONTRATADA deverá emitir a anotação técnica referente à execução da obra, sendo que o profissional(is) responsável(is) pela gerência da obra deverá(ão) pertencer ao seu quadro técnico.

10.2. CONTROLE DA OBRA

A CONTRATADA deverá elaborar e submeter à Equipe de Fiscalização de Obras para aprovação os cronogramas de suprimento de materiais e mão de obra, visando com isto garantir que a obra não sofra atrasos devido a problemas de suprimento. Os materiais devem ser lançados no cronograma “postos em obra”, ou montados, no caso de fabricação e/ou transporte dos mesmos.

Juntamente com estes cronogramas, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Trabalho onde deverão estar incluídas todas as providências que serão tomadas para garantir o cumprimento do prazo, explicitando, etapa por etapa, quais os recursos (maquinário, tecnologia e pessoal), que serão empregados. Vale esclarecer que o PE-BIM desta fase deve ser incorporado a este Plano.

A apresentação por parte da CONTRATADA da revisão do cronograma físico-financeiro da obra indicará as medições e respectivas datas de pagamento, não podendo ultrapassar os prazos estabelecidos em Contrato.

10.3. EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

A CONTRATADA deverá manter a estrutura mínima prevista no item “Administração Local” da planilha de custos da contratação. Ressalta-se que os profissionais deverão estar habilitados para a realização dos serviços, receber equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI) adequados e que a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade, técnica, jurídica e trabalhista, pelos profissionais alocados.

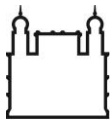
A Equipe de Fiscalização de Obras poderá interromper a qualquer tempo a execução dos serviços sem ônus para a Fiocruz se constatar a falta de tais equipamentos. Não será permitido que qualquer operário exerça suas funções, dentro do local de trabalho, sem os seus equipamentos de proteção correspondentes.

A Fiocruz não emprestará e nem cederá, em hipótese alguma, equipamentos ou ferramentas de qualquer natureza para a execução dos serviços. Todos os equipamentos e ferramentas necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA.

10.4. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA OBRA

A CONTRATADA deverá gerenciar os resíduos da obra segundo as diretrizes da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conama, a saber:

- os resíduos da construção civil deverão ser identificados, quantificados, classificados e destinados segundo a sua classe (A, B, C e D) estabelecida na resolução acima citada;



- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos;
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos;
- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da CONTRATANTE;
- a CONTRATADA deverá possuir permissão da Prefeitura para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local;
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme a legislação vigente;
- para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade da CONTRATADA, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;
- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (Equipamentos de Proteção Individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a execução do serviço.

10.5. GARANTIAS DE SERVIÇO, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS

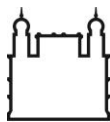
Todos os serviços executados estarão submetidos automaticamente aos prazos de garantia estipulados em legislação pertinente (Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII).

Todos os acessórios e equipamentos instalados deverão apresentar prazo de garantia definido pelos fabricantes, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los imediatamente, se necessário, dentro de suas respectivas garantias e sem ônus algum para a Fiocruz.

O prazo de garantia dos equipamentos deverá ser contabilizado somente a partir do *startup* (partida inicial), realizado com o acompanhamento direto dos respectivos fabricantes e/ou seus representantes comerciais legalmente constituídos (fornecedores).

A CONTRATADA deverá apresentar a Equipe de Fiscalização de Obras, para arquivamento, todos os certificados de garantia e manuais dos acessórios e equipamentos instalados na obra.

11. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRELIMINARES



11.1. TAPUMES

Os tapumes deverão ser em telhas de aço galvanizado trapezoidais, espessura 0,5 mm, dimensões 2200 x 1100 mm, instaladas em posição vertical, sobre peças estruturais de madeira ou metálicas, que deverão ser previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

As telhas metálicas e as peças estruturais deverão receber pintura com tinta esmalte sintético branco fosco, com as demãos necessárias para um bom acabamento.

Deverão ser fixadas nas telhas, chapas de PVC expandido com 3 mm de espessura, contendo as logomarcas da Fiocruz e da Cogic, recortadas em vinil adesivo preto, conforme modelo em anexo do edital. O arquivo das logomarcas será fornecido pela CONTRATANTE.

As chapas de PVC expandido deverão ser fixadas nas telhas com parafusos bicromatizados com cabeça panela e fenda cruzada, 4 mm de diâmetro, 8 mm de comprimento, arruelas lisas, arruelas de pressão e porcas sextavadas bicromatizadas.

11.2. ANDAIMES, PASSARELAS E TELAS DE PROTEÇÃO

Caberá à CONTRATADA a locação e montagem de andaimes e passarelas de tipo mais adequado para execução dos serviços descritos neste documento.

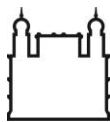
Os andaimes e passarelas deverão garantir total segurança aos técnicos que farão uso dos mesmos.

Deverá ser obrigatória a instalação de telas de proteção nos andaimes, previamente aprovadas pela Equipe de Fiscalização de Obras.

12. LEIS E NORMAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO

Os principais dispositivos legais de **CARÁTER GERAL RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO** são:

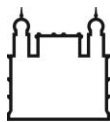
- Lei nº 12.462/ 2011: Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC
- Lei nº 8.666/1993: institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Instruções Normativas aplicáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- Resoluções, Regulamentos e Normas do Ministério da Saúde (MS);
- Resoluções, Regulamentos e Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama);
- Resoluções Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (MT);
- Normas Brasileiras Regulamentadoras aplicáveis editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas a cada disciplina de projeto;
- Normas aplicáveis editadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) – especialmente ao tocante à eficiência energética e sustentabilidade ambiental;
- Legislação sobre acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;



- Resoluções e orientações técnicas emitidas pelos órgãos de classe e entidades da área sobre metodologia, escopo de serviços e produtos ligados às disciplinas de Arquitetura e Engenharias;
- Legislação sobre exercício profissional das disciplinas de Arquitetura e Engenharias.

Os principais dispositivos legais de **CARÁTER ESPECÍFICO E REFERENCIAIS TÉCNICOS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO** são:

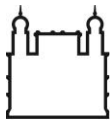
- Resolução Conama nº 237/1997: dispõe de procedimentos e critérios para licenciamento ambiental;
- Portaria Inmetro nº 32 de 2010: aprova os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ);
- Decreto Estadual nº 897 de 1976: dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico;
- Norma Regulamentadora (NR) nº 17 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece parâmetros de ergonomia
- Norma Regulamentadora (NR) nº 24 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;
- Norma Regulamentadora (NR) nº 06 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece segurança em equipamentos de proteção individual (EPI) na construção civil;
- Norma Regulamentadora (NR) nº 10 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- Norma Regulamentadora (NR) nº 18 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção civil;
- Norma Regulamentadora (NR) nº 33 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;
- Norma Regulamentadora (NR) nº 35 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece os requisitos mínimos de proteção para o trabalho em altura;
- Normas Regulamentadoras da CLT: relativas à segurança e medicina do trabalho;
- Lei nº 10.098 de 2000: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Manuais editados pela Secretaria de Estado de Administração e Patrimônio (Seap): projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais;
- Resolução Confea nº 361/1991: dispõe sobre conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) IBR nº 001 de 2006: orientação técnica sobre Projeto Básico;
- Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) IBR nº 002 de 2009: orientação técnica para obra e serviço de engenharia;
- Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (Ibec) OT nº 004/2013;
- Orientações do TCU para elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas – revisão de 2014;
- Decreto Federal nº 7.983/2013: estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia;



- Lei nº 6.496/1977: institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei nº 5.194/1966: regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo;
- Instrução Normativa MPOG nº 05 de 2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa MPOG nº 01 de 2018: dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CAU, Crea e Confea;
- Lei nº 13.161/2015, que orienta sobre a desoneração dos Encargos sociais.

Além dos dispositivos gerais e específicos supracitados, todas as etapas do contrato – projetos, obras e operação assistida - deverão atender obrigatoriamente às seguintes normas editadas pela ABNT, sem prejuízo de outras regulamentações específicas à cada disciplina envolvida no empreendimento:

- ABNT NBR 6492:1994 - Representação de projetos de arquitetura;
- ABNT NBR 8403:1984 - Aplicação de linhas em desenhos - Tipos de linhas - Larguras das linhas - Procedimento;
- ABNT NBR 8404:1984 - Indicação do Estado de Superfícies em Desenhos Técnicos - Procedimento;
- ABNT NBR 9050 (versão mais recente) - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- ABNT NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios.
- ABNT NBR 10126:1998 - Cotagem em Desenho Técnico - Procedimento;
- ABNT NBR 10067:1995 - Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico (procedimento);
- ABNT NBR 10898 - Normas de iluminação de emergência.
- ABNT NBR 11785 - Esta Norma especifica os requisitos mínimos exigíveis para a classificação, fabricação, instalação, funcionamento, manutenção e ensaios de barra antipânico aplicadas em portas de saída de emergência
- ABNT NBR ISO 12006-2:2018 - Construção de edificação: Organização de informação da construção – Parte 2: Estrutura para classificação de informação;
- ABNT NBR 13434 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico
- ABNT NBR 13532:1995 – Elaboração de projetos de edificações - Arquitetura
- ABNT NBR 13966 – moveis para escritório - mesas
- ABNT NBR 13967 – moveis de escritório – sistemas de estação de trabalho
- ABNT NBR ISO 11228-3 - ergonomia
- ABNT NBR 13961 – moveis para escritório - armários
- ABNT NBR 14037:2014 - Diretrizes para Elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção das Edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;



- ABNT NBR 14645-1:2001 - Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações - Parte 1: Levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área até 25.000 m², para fins de estudos, projetos e edificação (procedimento)
- ABNT NBR 15575 – Edificações Habitacionais – Desempenho – Parte 1, 2 3, 4, 5 e 6
- ABNT NBR 15965 - coletânea de normas para Modelagem de Informação da Construção (BIM):
 - ABNT NBR15965-1:2011 - Sistema de classificação da informação da construção - Parte 1: Terminologia e estrutura;
 - ABNT NBR15965-2:2012 - Sistema de classificação da informação da construção - Parte 2: Características dos objetos da construção;
 - ABNT NBR15965-3:2014 - Sistema de classificação da informação da construção - Parte 3: Processos da construção;
 - ABNT NBR15965-7:2015 - Sistema de classificação da informação da construção - Parte 7: Informação da construção;
- ABNT NBR 16636-1:2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 1: Diretrizes e terminologia;
- ABNT NBR 16636-1:2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 2: Projeto Arquitetônico; ABNT NBR 16752:2020 - Desenho técnico — Requisitos para apresentação em folhas de desenho.

13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Equipe de Fiscalização do Contrato será indicada posteriormente, quando da efetivação da presente contratação.